



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76
Recredenciamento pelo Decreto nº 17.228 de 25/11/2016



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

XXIII SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UEFS SEMANA NACIONAL CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA - 2019

O MEIO FÍSICO DE FEIRA DE SANTANA E O DIREITO À CIDADE: O DISTRITO DE BONFIM DE FEIRA

Débora Pinto Lafaiete¹; Gracinete Bastos de Souza²

1. Bolsista PIBIC/FAPESB, Graduando em Bacharelado em Engenharia Civil, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: debora_lafaiete@hotmail.com
2. Orientadora, Departamento de Exatas, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: graciesouza@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: meio físico; planejamento urbano e ambiental; Bonfim de Feira

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se insere nas discussões acerca da relação entre a sociedade e a forma de ocupação dos espaços, na qual situa, mais especificamente, como essa relação ocorre e se desenvolve na sociedade atual. Espaço, de acordo com SANTOS (2008), apresenta duas dimensões; sua dimensão natural – objetos geográficos naturais e artificiais, presentes no território -, mas se estende à dimensão social, na medida em que as reflexões sobre os aspectos naturais no território/espaço são realizadas de maneira articulada às análises sobre a interferência dos seres humanos no meio.

Tais elementos demonstram que compreender o meio físico é indispensável para pensar a ocupação dos espaços, mas os principais elementos que diferenciam cada um deles se localizam na esfera social. É possível, assim, caracterizar que as raízes dessa distinção – espaços que são ocupados, ora de maneira desordenada/fragmentada/segregada, ora de maneira planejada – estão na forma da organização social de cada período. Nesse sentido, essa compreensão desloca nossa leitura para uma problemática mais ampla e que pode ser sintetizada como “*direito à cidade*”.

A realidade da organização dos municípios do Brasil, no qual expressa nos espaços a desigualdade social, é o que justifica a **necessidade** da construção dessa pesquisa. Como afirma Oliveira (2014) o exemplo das favelas torna essa questão elucidativa, na medida em que as mesmas expressam um “cenário de segregação social e denunciam um quadro de exclusão e miséria num cenário de dominação e espoliação urbana [...]”. Logo, a partir desta necessidade, um **problema** objetivo se ergue e reafirma o interesse na pesquisa, a saber, (i) a relação da sociedade com o espaço em que ocupa, neste caso, como essa relação ocorre no distrito de Bonfim de Feira do município de Feira de Santana, (ii) como vem se dando a garantia do direito à cidade.

Diante esses elementos, o **objetivo principal** da pesquisa foi realizar um estudo do direito à cidade e sua relação com o meio físico, dando enfoque no distrito de Bonfim de Feira do município de Feira de Santana. Objetiva-se, dessa forma, realizar uma análise sobre as condições de acesso ao espaço, considerando os elementos que o constituem, da população do distrito de Bonfim de Feira, utilizando como instrumento de análise a leitura dos acúmulos referente à temática do direito à cidade.

MATERIAL E MÉTODOS OU METODOLOGIA (ou equivalente)

Essa pesquisa teve como característica o estudo bibliográfico. Neste sentido, realizamos o levantamento de materiais – livros, revistas, reportagens, monografias, etc. – relacionados ao objeto de estudo, ao mesmo tempo em que foi realizada a análise de outros documentos, mas especificamente, dos relatórios de pesquisa anteriores – Grilo (2008) e Silva & Souza (2009) - que se propuseram a mapear o distrito Bonfim de Feira, do município de Feira de Santana. Essa análise envolveu a reunião dos principais aspectos que permite a construção de um diagnóstico sobre o direito à cidade no distrito estudado.

Foi realizada, também, uma saída de campo (15/02/2019) – apesar de não ter sido prevista no plano de trabalho inicial. O objetivo da saída foi realizar um reconhecimento da região e a obtenção de informações sobre alguns elementos que constituem aquele espaço – escolas, posto de saúde, biblioteca, praças, etc.

Alguns dados foram coletados em outras instâncias da administração do município, a citar, (i) os dados referentes à dinâmica do transporte do distrito – funcionamento interno, interligação distrito e sede do município, frota de ônibus, ônibus escolares – foram solicitados à Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito (SMTT). Neste caso, tivemos dificuldades de retorno, pois a SMTT sinalizou que estavam com muitos pedidos e que, devido à saída de férias, o quadro de funcionários estava reduzido; (ii) os dados em relação à população do distrito e sua divisão interna (sede e povoados), assim como a condição atual do saneamento básico, foram solicitados à Secretaria de Agricultura, Recursos hídricos e Desenvolvimento Rural (SEAGRI), mas fomos informados que tais dados não são organizados na secretaria, o único dado que eles disponibilizaram foram em relação ao abastecimento de água; (iii) e os dados referentes à frota de ônibus escolares no município foram solicitados na Secretaria de Educação (SEDUC), mas os mesmos não nos deram retorno e nem justificativa; (iv) dados sobre as condições de saneamento básico foram verificados em campo, aspectos dos quais conseguimos atualizar alguns dados referentes a essa questão.

RESULTADOS E/OU DISCUSSÃO (ou Análise e discussão dos resultados)

O distrito de Bonfim de Feira faz fronteira com os municípios de Anguera (norte), Antônio Cardoso (Sul) e Serra Preta (Oeste) e, também, com o distrito de Governador João Durval Caneiro (Leste). Sendo que seu principal acesso é feito através das vias: BR116 Sul, BA 052 (Estrada do Feijão) e pela BA 861.

O distrito surgiu, de acordo Grilo (2008), devido à doação de terras pelo casal Manoel Antônio de Bastos e Bernarda Maria da Conceição. Os mesmos eram proprietários do Sítio Columbi – nome dado a um arbusto típico muito encontrado na região. Esta doação tinha como finalidade a construção de uma capela no alto da colina, em homenagem ao São João Nepomuceno (1783). O culto ao Senhor do Bonfim tornou-se forte na região devido à doação, pelo mesmo casal, da imagem do Senhor do Bonfim em 1743.

No mapeamento geoambiental realizado por Grilo (2008) e Silva & Souza (2008), observa-se que a situação do saneamento básico é alarmante. Foi identificado que mais de 60 por cento das ruas apresentavam esgoto a céu aberto, assim como a realidade do lixo exposto nas ruas se apresentava em uma parte significativa do distrito, 25 por cento. Além disso, o tipo de esgotamento sanitário era dividido em; a) fossa do tipo sumidouro; b) despejo a céu aberto e, também, em lagoas que são próximas.

Destaca-se, na coleta de campo, que essa situação se mantém a mesma: na prática, não existe sistema de esgoto no distrito, pois na maioria dos locais se mantém a realidade do esgoto escorrendo a céu aberto e seu deságüe nas lagoas próximas.

Em relação à saída de campo, foram priorizados na observação alguns pontos específicos em que se localizavam os equipamentos sociais do distrito, e, para a pesquisa, destacamos os seguintes: (i) uma praça pública, na qual se observou que está visivelmente sem manutenção e, ao mesmo tempo, sem uma infraestrutura adequada (cobertura e bancos) para garantir o conforto no usufruto da população, (ii) um campo de futebol e uma quadra, também sem manutenção, (iii) uma biblioteca, precisando de reforma e de estrutura mais adequada, considerando a demanda populacional, ao mesmo tempo, necessitando de um maior acervo bibliográfico (iv) e um posto de saúde, para dar conta da demanda populacional de todo o distrito.

Sobre a relação do meio físico e sua influência na forma de ocupação dos espaços. A pesquisa “O meio físico e o direito à cidade”, realizada por Lafaiete (2018), ilustra que a presença de serras e o solo pouco espesso com afloramentos de rocha no distrito de Bonfim de Feira podem trazer alguns problemas em relação ao processo de urbanização devido à presença de encostas e, além disso, o solo pouco espesso e os afloramentos de rocha podem proporcionar problemas para as instalações de água e esgoto – elemento que foi identificado com uma das principais problemáticas do distrito. Além disso, a presença de lagoas na região, junto com a falta de planejamento e ocupação do espaço organizada, ocasiona na utilização inadequada desses mananciais. Esse elemento do meio físico, se usado da maneira adequada, pode ser bastante proveitoso para a população, mas o seu contrário pode levar a vários danos de saúde como, por exemplo, casos em que os resíduos sólidos (lixo) são jogados a céu aberto, assim como o deságüe do esgotamento sanitário nas lagoas.

Assim, apesar de considerarmos que a defesa do direito à cidade vai para além do direito de acesso dos seus elementos, mas a capacidade de intervir coletivamente na sua construção, nosso diagnóstico está localizado apenas na análise das **condições de acesso**.

Nesse sentido, na saída de campo, foi possível identificar que as condições de acesso aos espaços públicos, dos quais possibilitam atividades esportivas, de estudo (biblioteca), de lazer e socialização em geral, não se dão de maneira efetiva e há uma despriorização do poder público frente à manutenção desses espaços. Ao passo que a existência de apenas uma Unidade da família/posto de saúde (que pressupõe um acompanhamento contínuo) aponta que há limites no sistema de saúde pública, diante da demanda populacional.

Observou-se também que a forma de deslocamento interno ocorre através do transporte particular, motos, carros e o próprio transporte escolar, isso impõe dificuldades e limites no deslocamento da população como um todo, sobretudo, considerando o desenvolvimento do comércio interno, no qual exige deslocamentos diários.

Em relação aos dados levantados, a Secretaria de Agricultura, recursos hídricos e desenvolvimento rural (SEAGRI) destacou-se que, sobre a distribuição de água, ainda são necessários que alguns carros pipas abasteçam as casas das pessoas que moram nos distritos. São abastecidas 2723 casas de famílias de todos os distritos, isso sem

considerar quantas pessoas mora em cada residência, ou seja, esse número por pessoa aumentaria significativamente.

A situação do saneamento básico em geral se mantém alarmante. São 27 anos, desde que o Plano Diretor do município de Feira de Santana foi construído e nada se avançou sobre essa realidade. Ainda há uma desigualdade socioespacial evidente nesses espaços, no qual, apenas uma parcela da população tem o direito de acessar uma infraestrutura adequada e de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS (ou Conclusão)

Contudo, reunindo essas informações em relação aos equipamentos públicos comunitários – espaços de lazer, biblioteca pública, posto de saúde -, às condições de deslocamento, de saneamento básico, assim como a distribuição de água, podemos desenhar um cenário problemático em relação ao acesso desses espaços pela população do distrito. O direito da população ainda não é realizado de maneira efetiva e pouco se avançou desde a criação das leis que se propõem a ordenar e resolver essas problemáticas.

É importante considerar que a atual pesquisa apresentou limites quanto à realização de um diagnóstico mais completo. Compreendemos que construir um diagnóstico mais completo necessitaria de mais tempo para fazer uma atualização completa do mapeamento do distrito, mas os elementos apresentados garantem atualizações importantes, das quais permitem caracterizar os limites da efetivação desses direitos nos tempos atuais.

Não podemos deixar de reafirmar que as problemáticas atuais são o produto da própria organização social vigente, no entanto, é preciso considerar que, para garantir uma melhoria de vida da população no sentido imediato, a busca pelo avanço da conquista desses direitos básicos está na ordem do dia. Já existe um conjunto de mecanismos institucionais (estatuto da cidade, plano diretor, política urbana, etc.) que podem servir de guia para essa transformação, mas a organização coletiva da população – em associações, conselhos comunitários, sindicato rural, entre outros – em busca de garantia de seus direitos é fundamental que esses avanços sejam reais e efetivos.

REFERÊNCIAS

GRILO, Davi Cerqueira. **Mapeamento da sede distrital de Bonfim de Feira**. Feira de Santana: PPPG/UEFS, 2008. Relatório Iniciação Científica

LAFAIETE, Débora Pinto. **O Meio Físico de Feira de Santana e o Direito à Cidade**. Universidade Estadual de Feira de Santana/Semic – Feira de Santana: PPPG/UEFS, 2018. Relatório Iniciação Científica

OLIVEIRA, Maria Leny Souza. **Feira de Santana no contexto da urbanização brasileira e a questão da moradia da favela/** Maria Leny de Souza Oliveira. – Feira de Santana: UEFS Editora, 2014.

SANTOS, Milton. Espaço e Método/Milton Santos. – 5.ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008